



Trinta líderes quilombolas foram assassinados em 10 anos, diz Conaq

Governo acolhe mães dependentes químicas para terapia com filhos de até dois anos

Página 2

Cúpula da PM do Distrito Federal é alvo de operação da Polícia Federal

Página 3

Ministério da Saúde confirma caso da variante EG.5 no Brasil

O Ministério da Saúde informou na sexta-feira (18) que foi notificado um caso da variante EG.5 do coronavírus SARS-CoV-2 no estado de São Paulo. A paciente, uma mulher de 71 anos, apresentou os primeiros sintomas em 30 de julho e já está curada, de acordo com o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (Cievs).

Ela teve febre, tosse, fadiga e dor de cabeça e fez a coleta do exame em 8 de agosto. Segundo o ministério, a paciente estava com o esquema vacinal completo. **Página 6**

Lula já revogou 97 normas do governo Bolsonaro, aponta estudo



Foto/Marcelo Casati Jr/ABr

Nos primeiros 200 dias de governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogou 97 dos

210 decretos, portarias, instruções normativas e resoluções do governo anterior, considera-

dos prioritários para a garantia dos direitos da população. O apontamento é de um estudo realizado pela Fundação Lauro Campos e Marielle Franco e pelo escritório regional no Brasil da fundação alemã Rosa Luxemburgo.

O levantamento Revogação e a Reconstrução da Democracia Brasileira mostra, por exemplo, a revogação dos estudos para a privatização de estatais e a retirada de empresas do programa de privatização, como os Correios, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a Dataprev, o Serpro e a Conab. **Página 3**

Na última década, pelos menos 30 lideranças quilombolas foram assassinadas. É o que revela levantamento divulgado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

Na quinta-feira (17), a líder do Quilombo Pitanga dos Palmares, Yalorixá e ex-secretária de Promoção da Igualdade Racial de Simões Filho (BA), Maria Bernadete Pacífico, 72 anos, foi assassinada na noite da quinta-feira (17). Criminosos teriam invadido a comunidade, feito familiares reféns e executado Mãe Bernadete a tiros dentro de casa. O filho dela, Flávio Gabriel Pacífico dos Santos, mais conhecido como Binho do Quilombo, também foi executado há quase seis anos.

De acordo com a Conaq, a

maioria das vítimas liderava territórios quilombolas. Os assassinatos ocorreram dentro dos quilombos e com uso de armas de fogo.

Os estados com maior número de assassinatos são Bahia (11), Maranhão (8) e Pará (4). Há casos registrados em Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais e Alagoas.

“O caso de Mãe Bernadete se junta a esses assassinatos que estão sem resolução nenhuma. Essa situação é muito grave. Trinta pessoas tiveram as vidas ceifadas ao longo dos anos. Queremos cobrar do Estado brasileiro uma posição. Não dá para o Sistema de Justiça ignorar as violências que acontecem nos territórios quilombolas”, afirma coordenador da Conaq, Denildo Rodrigues, em nota divulgada pela coordenação. **Página 6**

Japão retira embargo à importação de carne de frango de Santa Catarina

Página 3

Rio decreta estado de emergência zoossanitária devido à gripe aviária

Página 6

Esporte

Bastidores agitados no Mundial de motovelocidade

Por Jácio Baldi

Os motores das motos do Mundial de motovelocidade ficaram em silêncio por duas semanas, mas, as conversas de bastidores não pararam e, a grande maioria sobre os assentos para a próxima temporada. Marc Marquez mais uma vez aparecendo como o epicentro das conversas. A Red Bull é a principal patrocinadora do piloto e também da fábrica austríaca KTM.

Foi organizado pela empresa de energéticos um programa de entrevistas onde estavam presentes o próprio Marquez e Pit Beire, chefe da KTM. O piloto teceu elogios à marca austríaca dizendo que a KTM certamente será a moto

número 1 na MotoGP em breve.

“Atualmente ela é a segunda melhor construtora do campeonato, mas muito em breve, mais cedo do que as pessoas possam imaginar, eles serão os primeiros”. A KTM está fazendo contratações muito boas no que se refere a engenheiros e pilotos”, disse o espanhol no programa. Marc havia sempre se posicionado de que jamais chegou a conversar com a KTM para oferecer seus serviços, mas Pit Beire deixou escapar de que ambos já haviam conversado anteriormente. A verdade não sabemos, porque pode ter sido verdade ou apenas o todo poderoso da fábrica laranja quis piorar mais a relação entre a Honda e o piloto espanhol.



Foto/MotoGP

Marquez testa nova carenagem

Honda e Yamaha pediram concessões à Dorna para poderem melhorar suas motos. A fábrica austríaca posicionou-se contra. “Ambas são boas e trabalham muito bem, logo encontra-

rão seu caminho técnico e não precisam de concessões” e continuou “quanto tempo a Ducati lutou para chegar ao topo? Há muito que fizemos várias sugestões sensatas da nossa parte, mas,

não conseguimos a maioria no paddock. Muitas pessoas agora estão reclamando que a MotoGP foi na direção errada por causa dos pacotes aerodinâmicos e dos dispositivos eletrônicos”. Beire disse que quando fez alguns pedidos de modificação à Dorna sempre recebeu como resposta uma negativa dizendo que os contratos não podem ser alterados durante sua vigência, o que a KTM sempre aceitou. Vale lembrar que a austríaca pediu recentemente para colocar mais duas motos no grid com uma equipe satélite, provavelmente para Marc e Pedro Acosta, o que foi negado pela Dorna.

No primeiro dia de treinos Marco Bezzecchi foi o mais rápido seguido de Viñales e Bag-

naia. A Honda testou sua nova carenagem com novos aerofólios. Marquez afirmou que teve muita dificuldade para pilotar, pois é muito diferente das motos dos anos anteriores. O brasileiro Eric Granado largará na terceira posição do grid para as provas da MotoE que acontecem nesse sábado.

Na Moto3 Diogo Moreira terminou em quinto no primeiro treino, mas caiu para décima-quarta posição no segundo. Veremos como será o desempenho do brasileiro para a formação do grid. As provas da MotoE acontecem nesse sábado às 7:15h e 11:10h. Já no domingo a Moto3 abre as disputas às 6h da manhã com a MotoGP às 9h. Transmissão pelos canais ESPN.

Carioca Gabriel Fernandes defende liderança na Copa São Paulo Light de Kart

O principal campeonato regional do kartismo brasileiro vai fazer a sua primeira rodada dupla fora de sua sede, que até então foi o Kartódromo de Interlagos. Neste sábado (19/8), a sétima etapa da Copa São Paulo Light de Kart será realizada no Kartódromo Internacional Aldeia da Serra, em Barueri (SP). Apesar da preferência de alguns e descontentamento de outros pilotos, o carioca Gabriel Fernandes (Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel) não se importa com a mudança, pois este ano já venceu muitas corridas em ambas praças esportivas e lidera um campeonato disputado em cada pista.



Foto/ Sandro Silveira

o carioca Gabriel Fernandes tem várias vitórias em Aldeia da Serra

“Vamos pra mais uma etapa do Paulista Light, desta vez em

Aldeia da Serra, onde estou conquistando muitas vitórias, inclu-

sive também no traçado que será adotado nesta semana”, assinala Gabriel Fernandes, que lidera a V11 Aldeia Cup realizada neste kartódromo, mas também lidera com cinco vitórias consecutivas a Copa São Paulo Light, que teve as seis primeiras etapas disputadas em Interlagos.

“Muito bom ser em praça diferente, é uma pista que proporciona muitas disputas com mais pilotos, e vamos tentar ampliar a liderança do campeonato”, opina o piloto da Nikima Racing/Dai Motorsport, que venceu o primeiro turno e lidera o segundo e terceiro turnos. Na pontuação geral o rapaz de 13 anos de idade tem 63 pontos, 11 de vantagem sobre o vice líder Victor Tieri, e 22 de folga sobre Guilherme Bitten-

court, o terceiro colocado.

Com várias vitórias em ambos os kartódromos, perguntado sobre sua preferência, Gabriel Fernandes não titubeou em eleger Interlagos. “Tenho andado bem em qualquer pista e com vitórias em várias. Só que Interlagos é uma pista mais desafiadora e é o templo do kartismo brasileiro”, concluiu o representante da Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel.

A Copa São Paulo Light de

Kart é disputada em dez etapas, distribuídas em três Turnos. O campeão da temporada será aquele que juntar mais pontos na soma dos três turnos. O 1º turno foi composto das quatro primeiras etapas, em que Gabriel foi terceiro na abertura do campeonato, e venceu as três seguintes. O 3º turno é composto da 5ª e 10ª etapas, e o piloto de Nova Iguaçu venceu a quinta etapa. E o 2º Turno, composto das 6ª à 9ª etapas, teve nova vitória de Fernandes em sua abertura.

Terapias celulares podem reduzir risco de morte por COVID-19

O uso de terapias celulares em pacientes com COVID-19 reduziu em 60% o risco de morte pela doença. A conclusão, divulgada na revista *Frontiers in Immunology*, é de um estudo de revisão conduzido por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com cientistas alemães e norte-americanos. O artigo compila dados de 195 ensaios clínicos feitos em 30 países, entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021.

Nos últimos anos, as chamadas terapias celulares avançadas têm ganhado espaço no combate a diversas doenças, sobretudo o câncer. Basicamente, as técnicas consistem em repor células saudáveis no organismo do paciente, de forma a restaurar ou alterar determinados con-

juntos celulares. Outra estratégia é modular a função de um conjunto de células doente pela injeção de novas células (ou produtos celulares).

Nessas diferentes técnicas, podem ser usadas células-tronco (ou suas derivadas) do próprio paciente (autólogas) ou de um doador (alogênicas), que são cultivadas ou modificadas fora do corpo antes de serem administradas.

De acordo com o estudo, os tipos celulares mais utilizados nos ensaios clínicos para tratamento da COVID-19 foram as células estromais ou tronco mesenquimais multipotentes (oriundas do tecido conjuntivo), células natural killer (provenientes de linfoblastos) e células mononucleares (derivadas do sangue), res-

pondendo por 72%, 9% e 6% dos estudos, respectivamente.

“As terapias celulares têm avançado muito nos últimos anos e têm sido usadas para tratar câncer, doenças autoimunes, cardíacas e infecciosas. Durante a pandemia, elas foram utilizadas para o tratamento de COVID-19 em diversos ensaios clínicos. Nosso trabalho é o primeiro a juntar todos esses dados espalhados pelo mundo e a verificar, por meio de uma meta-análise [método estatístico que permite agregar dados de diversos estudos independentes], o funcio-

namento dessas terapias no combate à nova doença, assim como para os problemas de saúde desencadeados pela COVID-19”, afirma Otávio Cabral-Marques, professor da Faculdade de Medicina da USP e coordenador da pesquisa.

O pesquisador lembra que, desde o começo da pandemia, a terapia com células-tronco e os modelos de organoides derivados de células-tronco receberam ampla atenção como um novo método de tratamento e estudo da COVID-19.

Isso porque células-tronco,

em especial as células-tronco mesenquimais, têm apresentado um significativo poder de regulação imune e funções de reparo de dano tecidual. Em relação ao pulmão, por exemplo, os ensaios clínicos mostram – em menor ou maior grau – que as terapias celulares avançadas podem limitar a resposta inflamatória grave em pacientes infectados pelo SARS-CoV-2, reduzindo a lesão pulmonar. Dessa forma, o esperado com essas terapias é que ocorra a melhora da função pulmonar, desempenhando um papel positivo con-

tra a fibrose, por exemplo.

A despeito da atenção que esse tipo de abordagem ganhou, Cabral-Marques avalia ser importante reforçar os reais efeitos protetores da vacinação.

“Embora os resultados dos estudos mostrem que as terapias celulares avançadas possam vir a se estabelecer como um tratamento adjuvante importante para pacientes afetados pela COVID-19, em um futuro próximo, a prevenção da doença por meio da vacinação ainda continua sendo a melhor proteção”, alerta.

Governo acolhe mães dependentes químicas para terapia com filhos de até dois anos

“É maravilhoso voltar a viver em sociedade, a andar com a cabeça erguida, poder ir ao médico e ter assistência. E tudo isso estando com meu filho ao lado. Não tem preço.”

Esse é o relato de Amanda Bezerra, de 30 anos, que está concluindo o tratamento contra a dependência química em uma comunidade terapêutica do Governo de São Paulo, em São José dos Campos, no Vale do Paraíba. Lá, o pequeno Silvío, de oito meses, permanece ao lado da mãe.

Os serviços de acolhimentos terapêuticos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social recebem mulheres dependentes químicas com filhos de até dois anos. Além disso, crianças e adolescentes são autorizados a passar finais de semana e feriados com as mães.

Amanda é de Carapicuíba, na Grande São Paulo, e estava morando em Ibiúna, na região de Sorocaba. Ela conta que parou de

usar drogas quando estava no oitavo mês de gestação de Silvío.

“Depois que o bebê fez dois meses, fui despejada e fiquei em situação de rua. Antes disso, eu já estava fazendo um tratamento nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)”, afirma.

Nos primeiros dois meses de tratamento da mãe, Silvío ficou em um abrigo. Após uma avaliação de assistentes sociais e de um juiz sobre a comunidade onde ela está, houve a autorização para que o bebê ficasse com Amanda. “Tem muitas mães que não sabem que podem ficar com a criança. No meu caso foi assim, ele ficou num abrigo no começo porque eu não sabia que ele poderia vir”, afirma.

Para ela, a presença do filho alivia as tensões e inseguranças que um tratamento contra a dependência química pode gerar. “Está sendo muito bom porque, enquanto estou em tratamento, posso acompanhar todos os passos dele. Ele fez oito meses re-

centemente, fizemos um bolo. A equipe aqui não deixa faltar nada”, ressalta.

Agora, após cinco meses, Amanda afirma que consegue enxergar uma perspectiva de melhora na vida deles. “Assim como tive ajuda, quero poder ajudar outras pessoas que passam por esse problema. Porque é muito sofrido, são noites sem dormir, passando fome e frio. Eu acho o apoio do governo muito importante. Eu jamais teria condição de ficar em uma clínica paga, por exemplo”, diz.

Amanda já traça planos para o futuro: terminar um curso de terapia iniciado no passado e, depois, buscar uma formação como educadora. Seu objetivo é atuar justamente na área de assistência social. “Vivendo esse tempo no acolhimento, percebi que eu posso ajudar mais pessoas com esse problema”, afirma.

Espaço Prevenir

O Governo de São Paulo

Consulados de diversos países oferecem atividades gratuitas nos CEUs para promover intercâmbio cultural para a população

Seis CEUs da cidade vão oferecer atividades multiculturais com o apoio dos consulados da Hungria, Índia, Itália, Japão, Portugal e Suécia nesta segunda-feira (21). A ação, aberta ao público, é uma parceria entre a Prefeitura de São Paulo e as representações dos países participantes.

O objetivo do evento, chamado “Mundo nos CEUs”, é proporcionar aos estudantes e toda

a comunidade uma imersão na cultura, tradição e história das nações, além de “traduzir” o que é e como funciona a diplomacia de cidades. A ação é uma parceria da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI) e a Secretaria Municipal de Educação (SME).

Serão oferecidos workshops, oficinas, exposições e apresentações nos CEUs Navegantes, Alvarenga,

Capão Redondo, Jd. Paulista-

no, Paraisópolis e Sapopemba. O “Mundo nos CEUs” marca o início da II Semana Internacional da Diplomacia nas Cidades (II SIDC) que visa promover o intercâmbio entre São Paulo e o mundo, além de democratizar as pautas diplomáticas, aproximando os mais diversos atores da sociedade e compartilhando conhecimento com outros municípios, gestores e li-

deranças da área.

As atividades realizadas nos CEUs apresentam as relações diplomáticas com cada país, destacando tradições e características das várias culturas.

A programação varia em cada CEU e ocorre ao longo do dia 21, quando têm início os fóruns e debates da II Semana Internacional da Diplomacia de Cidades, programados até a sexta-feira, 25.

SP promove Festa do Chocolate neste fim de semana na capital

O final desta semana na capital reserva atrações especiais para os apreciadores de chocolate. No sábado (19) e domingo (20), o Governo de São Paulo promove a Festa do Chocolate como destaque da programação da 29ª edição do evento Instituto Biológico de Portas Abertas, com entrada gratuita, no centro de pesquisa e tecnologia na Vila Mariana, na zona sul.

A Festa do Chocolate faz parte do programa Cacau-SP, que envolve várias coordenadorias da Secretaria de Agricultu-

ra e Abastecimento e estimula iniciativas de extensão rural para ampliar a produtividade, a qualidade e a sustentabilidade da lavoura cacaujeira em todo o estado.

O público que visitar o Instituto Biológico neste final de semana poderá conhecer e provar diversas variedades de chocolate produzido com o cacau paulista. Além disso, os visitantes também vão conferir como as ações de pesquisa e extensão são feitas por meio de oficinas e visitas ao cacau-

al plantado no local.

Uma das atrações é a Feira Exclusiva de Produtores de Chocolate da Associação BTB Brasil, com mais de 25 marcas premiadas de chocolate “bean to bar” de todo o Brasil. Cerca de 40 expositores vão demonstrar como produzir chocolate de boa qualidade e incluir o produto em uma dieta saudável e sustentável.

O público também terá acesso a produtos relacionados ao cacau e ao chocolate, com direito a degustação guiada e harmonização com produtos gour-

met brasileiros, como espumantes e azeites.

O Instituto Biológico de Portas Abertas também vai oferecer aos visitantes uma praça de alimentação muito variada. Profissionais da faculdade de gastronomia Anhembí Morumbi vão apresentar um prato salgado elaborado com chocolate e releituras de sobremesas. O espaço também terá atrações culturais e brincadeiras para o público infantil, espaço indígena, contação de histórias e exposições.

Ocorrências de incêndios às margens das rodovias têm queda de 61%

Levantamento realizado pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER), vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), aponta que, de junho a setembro de 2022, foram registradas 580 ocorrências de focos de incêndio próximas às estradas estaduais sob sua jurisdição. O número é 61% menor que o mesmo período de 2021, onde totalizaram 1.498 ocorrências.

O dado é positivo e demonstra que as ações de prevenção e combate implementadas pela Operação SP Sem Fogo surtem efeito. No entanto, o risco permanece alto devido à estiagem prolongada. A vegetação seca vira combustível, e o vento forte aju-

da na propagação das chamas em áreas de mata.

Dentre as principais causas de incêndio, estão as bitucas de cigarro jogadas das janelas dos veículos, que podem incendiar a vegetação; fogueiras não autorizadas para queima de lixo ou fins agrícolas; utilização do fogo descontrolado para limpeza de terrenos, entre outros fatores.

Por isso, o departamento promove ações de conscientização dos motoristas e reforça as equipes de limpeza para a realização dos serviços, como a poda do mato, a manutenção de azeiros e a retirada de objetos despejados irregularmente próximos às estradas. Os canais digitais também

recebem reforço com campanha educativa e mensagens de alerta aos motoristas.

“Educação e conscientização são ferramentas muito eficientes para mitigar o risco e os danos provocados por incêndios nesta época do ano. A redução no índice nos mostra que o caminho é esse. Vamos continuar mantendo o foco nas medidas de monitoramento e controle”, avalia a secretária da pasta, Natália Resende.

Como parte da Operação SP Sem Fogo, o DER investe, neste ano, R\$ 59 milhões em serviços de conservação e manutenção das margens das rodovias, com a poda e limpeza das áreas das respectivas faixas de domínio. A limpeza

é uma ação preventiva fundamental para evitar incêndios de grandes proporções em áreas verdes afetadas pela estiagem.

Além disso, foram contratadas 14 carretas (uma para cada regional do departamento) para realizar o primeiro atendimento de combate aos incêndios nas rodovias, pelo período de estiagem, com investimento de R\$ 5,9 milhões.

Os usuários que se depararem com incêndio ou fumaça poderão acionar a Central de Operações e Informações (COI) por meio do número 0800 055 5510. É necessário informar a rodovia, e um veículo de inspeção dará todo suporte para segurança viária. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

No Tribunal de DEUS, as Justiças são Justas. Cristãos e cristãs que estão vereadores (Lulistas, Bolsonaroistas e outros), estão relendo a Literatura Bíblica, sobre “nada há de oculto que não venha a ser Revelado e nada em segredo que não seja Trazido à Luz do Dia” ...

PREFEITURA (São Paulo)

No Tribunal de DEUS, as Justiças são Justas. Cristão, que está prefeito (nem Lulista, nem Bolsonaroista), Ricardo Nunes está relendo a Literatura Bíblica, sobre “nada há de oculto que não venha a ser Revelado e nada em segredo que não seja Trazido à Luz do Dia” ...

ASSEMBLEIA (São Paulo)

No Tribunal de DEUS, as Justiças são Justas. Cristãos e cristãs, que estão deputados estaduais (Lulistas, Bolsonaroistas e outros), estão relendo a Literatura Bíblica, sobre “nada há de oculto que não venha a ser Revelado e nada em segredo que não seja Trazido à Luz do Dia” ...

GOVERNO (Brasil)

No Tribunal de DEUS, as Justiças são Justas. Cristão, que está governador, Tarcísio Freitas (assumido Bolsonaroista), está relendo a Literatura Bíblica, sobre “nada há de oculto que não venha a ser Revelado e nada em segredo que não seja Trazido à Luz do Dia” ...

CONGRESSO (Brasil)

No Tribunal de DEUS, as Justiças são Justas. Cristãos e cristãs, que estão deputados e deputadas federais / senadores e senadoras (Lulistas e Bolsonaroistas), está relendo a Literatura Bíblica, sobre “nada há de oculto que não venha a ser Revelado e nada em segredo que não seja Trazido à Luz do Dia” ...

PRESIDÊNCIA (Brasil)

No Tribunal de DEUS, as Justiças são Justas. Cristão Bolsonaro, que esteve Presidente [República] e cristão Lula, que está novamente no cargo, estão relendo a Literatura Bíblica, sobre “nada há de oculto que não venha a ser Revelado e nada em segredo que não seja Trazido à Luz do Dia” ...

PARTIDOS (Brasil)

No Tribunal de DEUS, as Justiças são Justas. Cristãos e cristãs que são donos ou sócios preferenciais dos partidos políticos - especialmente PL e PT - estão relendo a Literatura Bíblica, sobre “nada há de oculto que não venha a ser Revelado e nada em segredo que não seja Trazido à Luz do Dia” ...

JUSTIÇAS (Brasil)

No Tribunal de DEUS, todas as Justiças são Justas. O 1º cristão [protestante] a compor o Supremo Tribunal Federal foi Antonio Villas Boas. Ele foi nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek, em 1957. Foi ministro até 1966, servindo na igreja Batista [no Brasil desde o ano de 1871]

ANO 31

O jornalista Cesar Neto é editor da coluna [diária] de política - **cesarneto.com** - na imprensa (Brasil), desde 1993. Recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (SP) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP), foi se tomando referência das liberdades [cristãs] possíveis ...

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263

3º andar

CEP: 01332-030

Fone: 3258-1822

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável

Maria Augusta V. Ferreira

Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Lula já revogou 97 normas do governo Bolsonaro, aponta estudo

Nos primeiros 200 dias de governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogou 97 dos 210 decretos, portarias, instruções normativas e resoluções do governo anterior, considerados prioritários para a garantia dos direitos da população. O apontamento é de um estudo realizado pela Fundação Lauro Campos e Marielle Franco e pelo escritório regional no Brasil da fundação alemã Rosa Luxemburgo.

O levantamento Revogaço e a Reconstrução da Democracia Brasileira mostra, por exemplo, a revogação dos estudos para a privatização de estatais e a retirada de empresas do programa de privatização, como os Correios, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a Dataprev, o Serpro e a Conab.

A retomada das políticas de transparência de dados e informações como a quebra do sigilo de 100 anos decretado pelo

ex-presidente Jair Bolsonaro, a retomada das políticas de fiscalização ambiental e do trabalho análogo à escravidão com multas e punições aos infratores também são apontados como resultados diretos dos atos revogados pelo presidente Lula.

Outro apontamento do estudo é a reconstrução da área de políticas de gênero do Sistema Único de Saúde (SUS), a atenção à população LGBTQIAPN+, povos indígenas e quilombolas. Um exemplo é a anulação da Instrução Normativa n. 128, de 30 de agosto de 2022, que impedia a titulação de terras quilombolas. O governo Lula também recriou o extinto Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras, revogando o Decreto 9.883/2019, que criava o Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

Ainda em 2022, pesquisadores das duas instituições haviam feito uma análise de cerca de 20 mil normas infralegais, desde decretos, portarias, instruções normativas e resoluções do ex-presidente Jair Bolsonaro, além de centenas de medidas provisórias, projetos de lei e emendas constitucionais. O trabalho foi apresentado ao governo de transição do governo Lula.

“Identificamos sensíveis e importantes avanços. Esperamos com esse novo estudo ampliar o debate público e fortalecer os argumentos para seguir retirando os entraves infralegais deixados pelo bolsonarismo. Assim podemos avançar ainda mais na agenda de direitos sociais vencedora nas urnas”, disse Natália Szermetta, presidente da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco.

Os 97 atos revogados em 2023 pelo presidente Lula fa-

zem parte de um rol de prioridades listadas em 2022. Desse conjunto de normas anuladas, 60 foram apontadas como questão primordial para a democracia no Brasil.

Segundo o cientista político Josué Medeiros, coordenador do Núcleo de Análises, Pesquisa e Estudos (Nape) e da pesquisa do Revogaço em 2022 e 2023, outros temas como a política de drogas também devem ter avanços em breve, especialmente após a conclusão da votação no Supremo Tribunal Federal sobre a descriminalização do porte de maconha. “Com o levantamento de 2023, analisamos o quanto avançamos em 200 dias de governo Lula e também destacamos o quanto falta avançar, o que só ocorrerá com mobilização da sociedade brasileira em defesa da democracia”, disse Medeiros. (Agencia Brasil)

Japão retira embargo à importação de carne de frango de Santa Catarina

O governo do Japão retirou a suspensão sobre a importação de carne de frango de Santa Catarina, que estava em vigor desde o dia 17 de julho, após a detecção de casos de influenza aviária em aves domésticas de subsistência em uma propriedade no município de Maracajá (SC). A informação foi confirmada pelo governo estadual na sexta-feira (18).

O Japão é o maior importador de carne de frango de Santa Catarina. O protocolo japonês prevê um prazo de 28 dias após o embargo para análise da autoridade sanitária japonesa. A retomada das vendas não é automática e ainda depende do aval do Japão.

Até o momento, o estado de Santa Catarina registrou dez focos de influenza aviária, sendo nove em aves silvestres e um em aves de subsistência.

A ocorrência de infecção pelo vírus da influenza aviária em aves silvestres e domésticas de subsistência não compromete a condição do Brasil como país livre da doença, de acordo com os protocolos da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA). Mesmo assim, o Ministério da Agri-

cultura, Florestas e Pesca do Japão decidiu suspender em julho a importação de aves vivas e carne de aves de Santa Catarina até que fossem encaminhadas informações detalhadas sobre o caso.

Ainda em julho, o embaixador do Japão no Brasil, Teiji Hayashi, esteve em Santa Catarina a convite da Secretaria de Articulação Internacional do estado para participar de reuniões e atividades de aproximação. O tema também foi tratado em visita do ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, ao país asiático.

Um novo acordo entre os governos do Brasil e do Japão definiu que as restrições de exportação dos produtos carnes de frango e ovos devem ficar limitadas apenas aos municípios onde houver detecção de focos da gripe aviária e não mais para o estado todo.

No ano passado, as exportações de frango, ovos e seus subprodutos para o país asiático renderam ao estado catarinense cerca de US\$ 310,8 milhões, o equivalente a 14,75% da receita total das exportações desses produtos. (Agencia Brasil)

Cúpula da PM do Distrito Federal é alvo de operação da Polícia Federal

Integrantes da cúpula da Polícia Militar (PM) do Distrito Federal são alvo da Operação Incúria, que a Polícia Federal (PF) e a Procuradoria-Geral da República (PGR) deflagraram na manhã da sexta-feira (18), com a justificativa de aprofundar as investigações sobre a conduta de autoridades públicas distritais no contexto do ataque aos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), em 8 de janeiro deste ano.

Entre os oficiais detidos preventivamente esta manhã estão o atual comandante da PM, o coronel Klepter Rosa Gonçalves, e seu antecessor no cargo, o coronel Fábio Augusto Vieira, que comandava a corporação no dia em que vândalos e golpistas invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e a sede do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 8 de janeiro, Rosa era subcomandante-geral da PM. Dois dias depois, com a exoneração de Vieira, ele foi nomeado para assumir o comando-geral da corporação – cargo no qual permaneceu até o momento.

O governador Ibaneis Rocha antecipou que deve anunciar um novo nome para comandar a PM.

Também são alvo da operação o coronel Jorge Eduardo Barreto Naime, ex-chefe do Departamento de Operações da PM, e o coronel Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra. Naime estava de folga entre os dias 3 e 8 de janeiro e Bezerra o substi-

tuiu interinamente à frente do departamento operacional responsável por executar o planejamento da segurança da Esplanada dos Ministérios durante as manifestações que descambaram para o ataque às instituições e quebraadeira dos prédios públicos.

Os outros três oficiais da PM denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF) são o coronel Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues, ex-chefe do 1º Comando de Polícia-mento Regional da PM do Distrito Federal; o major Flávio Silvestre de Alencar, que comandava interinamente o Batalhão da PM responsável pela segurança da Esplanada dos Ministérios, e o tenente Rafael Pereira Martins, que, segundo o MPF, desmobilizou o efetivo que protegia o prédio do STF, “deixando deliberadamente de agir com vistas à própria aceitação da depreciação que se avizinhava”.

Na denúncia que apresentou ao STF, o subprocurador-geral da República, Carlos Frederico Santos, aponta que os sete oficiais denunciados “conheciam a capacidade de salvamento decorrente de suas respectivas funções. Bastava que empregassem efetivo em quantidade suficiente para salvaguarda dos bens jurídicos, como também já exposto”.

Coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos do MPF, Carlos Frederico Santos acusou os

PMs de tentar abolir violentamente o Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado, agravados pela violação a seus deveres funcionais.

“Investigações e análises conduzidas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) constataram uma profunda contaminação ideológica de parte dos oficiais da PM do Distrito Federal denunciados, que se mostraram adeptos de teorias conspiratórias sobre fraudes eleitorais e de teorias golpistas”, sustenta o subprocurador na denúncia.

Com base na denúncia do MPF, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a PF a cumprir, além dos sete mandados judiciais de prisão preventiva, buscas e apreensões em endereços residenciais e de trabalho dos sete oficiais da PM. Moraes também determinou o bloqueio de bens e afastamento das funções públicas. Os mandados foram determinados no âmbito do Inquérito 4.923, que apura eventual omissão de autoridades públicas nos atos.

Até a publicação desta reportagem, a Agência Brasil só tinha conseguido contato com a defesa do coronel Fábio Vieira. Em nota, os advogados manifestaram sua “absoluta preocupação quan-

to à incorreção conceitual e a aplicação metodológica equivocada da teoria da omissão imprópria, bem como pelo manejo destoante das cautelares penais”. A defesa também afirma aguardar que as prisões preventivas sejam revistas pelo colegiado de ministros do STF. “A Democracia defensiva exige respostas institucionais sustentadas pela correção teórica e pela racionalidade judicial”.

Em nota, o Governo do Distrito Federal (GDF) informou que recebeu a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, com acato e respeito, aguardando o desfecho do inquérito. “Como ocorreu desde o primeiro momento, o GDF participa com informações e diligências para que o processo em curso ocorra da forma mais justa e célere possível”.

A defesa do coronel Jorge Eduardo Barreto Naime sustenta que provará que o cliente não foi omisso ou conivente. “Apesar de estar no gozo de uma dispensa-recompensa, o coronel foi convocado para se dirigir à Praça dos Três Poderes quando o tumulto já estava em estágio bastante avançado”, afirmam os advogados em nota, alegando que o ex-chefe do Departamento de Operações da PM atuou “nos estritos termos legais”, protegendo o patrimônio público e efetuando várias prisões no dia 8 de janeiro. (Agencia Brasil)

Caixa começa a pagar parcela do Bolsa Família de agosto

A Caixa Econômica Federal começa a pagar a parcela de agosto do novo Bolsa Família. Receberam na sexta-feira (18) os beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 1.

Moradores de 99 municípios do Rio Grande do Sul, de Alagoas e Pernambuco, afetados por calamidades públicas, recebem o pagamento nesta terça, independentemente do NIS. O governo unificou o pagamento no primeiro dia do programa por causa do ciclone extratropical que atingiu 52 municípios gaúchos e pelas chuvas que afetaram 32 municípios de Alagoas e 15 de Pernambuco.

Essa é a terceira parcela com o novo adicional de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos. Desde março, o Bolsa Família paga outro adicional, de R\$ 150 a famílias com crianças de até 6 anos. Dessa forma, o valor total do benefício poderá chegar a R\$ 900 para quem cumpre os requisitos para receber os dois adicionais.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 686,04. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 21,14 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,25 bilhões.

Desde julho, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 99,7 mil famílias foram canceladas do programa por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo INSS.

Em compensação, outras 300 mil famílias foram incluídas no programa em agosto. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício. Desde março, mais de 1,6 milhão de famílias passaram a fazer parte do Bolsa Família.

Quase 2,1 milhões de famí-

lias estão na regra de proteção em agosto. Em vigor desde junho, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 377,42.

Desde o início do ano, o programa social voltou a chamar-se Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

O pagamento do adicional de R\$ 150 começou em março, após o governo fazer um pente-fino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para eliminar fraudes. Segundo o balanço mais recente, divulgado em abril, cerca de 3 milhões de indivíduos com inconsistências no cadastro tiveram o benefício cortado.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

O Auxílio Gás também foi pago na sexta às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 1. O valor caiu para R\$ 108, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia 5,63 milhões de famílias neste mês. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição e da medida provisória do Novo Bolsa Família, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg até o fim do ano.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica. (Agencia Brasil)

Entidade critica uso da Guarda Civil em ações na Cracolândia

Moradores em situação de rua que vivem na Cracolândia, área que ganhou o nome em alusão à concentração de usuários de drogas que a caracteriza, ainda têm sido alvo de violências perpetradas por agentes das forças de segurança pública. O último episódio de grande escala aconteceu na quinta-feira (17), durante uma operação realizada na região, que recebia o público do evento internacional Festival Cultura e Pop Rua.

No sábado (19), se comemora o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, em homenagem às vítimas do Massacre da Sé, ocorrido em 2004. No episódio, sete pessoas foram assassinadas e oito ficaram gravemente feridas, após sofrerem um ataque enquanto dormiam na Praça da Sé.

Em vídeo obtido pela Agên-

cia Brasil, o artista em situação de rua (Kleber), que participou do festival, relata a ação dos agentes policiais que atiraram bombas de gás para dispersar o grupo ao qual estava próximo, logo após o término da apresentação que fez, e caminhava pela rua.

Segundo o artista, durante a operação ele teve uma camiseta nova queimada e um boné danificado. “Levou minhas coisas de barbear, meu dinheiro, meus R\$ 50”, contou.

Para a diretora executiva da Rede Liberdade, advogada Amarilis Costa, o que há nas entrelinhas do poder da Cracolândia é a especulação imobiliária, além da falha do poder público em limitar sua atenção à esfera de segurança pública, quando a vulnerabilidade da população em situação de rua exige a combi-

nação de medidas de diversas áreas. Para ela, quem tem realmente entendido nuances da região e feito a diferença, por escurtar de fato as demandas das pessoas, são os coletivos.

“Um segundo aspecto muito importante para a gente olhar é a forma como a GCM, Guarda Civil Metropolitana, é usada ali na região. Existe um desvio da finalidade da GCM e um uso de seu aparato no sentido de constranger, criminalizar as pessoas que ali estão, um uso da GCM como força policial. Então, a gente tem esse resultado, que eclode como violência, abordagens inadequadas, situações, inclusive, de confronto direto, a que a gente assiste. E a gente precisa falar, justamente, que a condução na Cracolândia é colocada nesse território, nessa região, dessa forma, justamente



LC Consultoria e Cobrança Ltda.

CNPJ nº 41.902.920/0001-82 - NIRE 3532378293

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Nos termos do Código Civil Brasileiro e do Contrato Social da LC Consultoria e Cobrança Ltda. ("Sociedade"), ficam os senhores sócios convocados para a Reunião de Sócios, a ser realizada presencialmente às 16h00 da data 31/08/2023, na Rua Amari, 255, 8º andar, conjunto 81-B, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo-SP, CEP 01448-000, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: (a) aumento do capital social da Sociedade no montante de R\$ 1.000,00 (mil reais), por meio da emissão de 300 (quinhentas) de novas quotas, no valor nominal de R\$2,00 (dois reais) cada; e (b) alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, caso da deliberação prevista no item (a) acima seja aprovada. São Paulo, 31 de agosto de 2023. Renato Azevedo Dantès dos Reis - Administrador.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1003105-92.2019.8.26.0004 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Juiz Cesar Silva de Mendonça Franco, na forma da lei, etc. FAZ SABER a EDMILSON DE ALMEIDA BRITO, Brasileiro, Divorciado, Empresário, RG 218951498, CPF 113.941.528-09 que lhe foi proposta uma ação de Despejo por Falta de Pagamento de Fungulento Com Cuijara por parte de Roberto Martins Ferrari, brasileiro, empresário, divorciado, deixou de quitar aluguel pactuado em contrato de locação, no valor total de R\$9.721,04 (valores corrigidos com a multa contratual de 10% e juros de mora à 1%). Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei

AEEFEM Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.215.266/0001-80 - NIRE nº 3.530.045.893-1 ("Companhia")

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 12 de Julho de 2023

Dia 12/07/2023, às 10h30min, na sede social em São Paulo - SP, por videoconferência. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** 100% do capital social. **Mesa:** Presidente: Anita Ferraz Malzoni, Secretário: Roberto Malzoni Filho. **Deliberações unânimes:** 1. Reeleição da diretoria para um mandato de 3 anos: I. **Diretor Presidente:** Anita Ferraz Malzoni, RG 5.896.342-X SSP/SP, CPF 634.443.928-05; II. **Diretor sem designação específica:** Roberto Malzoni Filho, RG 3.942.822-0 SSP/SP, CPF 634.443.488-00; III. **Diretor sem designação específica:** Eduardo Ferraz Malzoni, RG 4.397.321-SSP/SP, CPF 020.605.518-89. 2. Aprovada, a remuneração devida aos Administradores até o montante global mensal de 1 salário-mínimo a ser distribuída entre seus membros, a critério dos mesmos. **Encerramento:** Nada mais, formalidades legais. Integra e seus anexos, registrados na JUCESP sob o nº 287.666/23-2 em 21/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AEEFEM Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.215.266/0001-80 - NIRE nº 3.530.045.893-1 ("Companhia")

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 18 de Julho de 2023

Dia 18/07/2023, às 10h30min, na sede social em São Paulo - SP, por videoconferência. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** 100% do capital social. **Mesa:** Presidente: Anita Ferraz Malzoni, Secretário: Roberto Malzoni Filho. **Deliberações unânimes:** 1. Reeleição da diretoria para um mandato de 3 anos: I. **Diretor Presidente:** Anita Ferraz Malzoni, RG 5.896.342-X SSP/SP, CPF 634.443.928-05; II. **Diretor sem designação específica:** Roberto Malzoni Filho, RG 3.942.822-0 SSP/SP, CPF 634.443.488-00; III. **Diretor sem designação específica:** Eduardo Ferraz Malzoni, RG 4.397.321-SSP/SP, CPF 020.605.518-89. 2. Aprovada, a remuneração devida aos Administradores até o montante global mensal de 1 salário-mínimo a ser distribuída entre seus membros, a critério dos mesmos. **Encerramento:** Nada mais, formalidades legais. Integra e seus anexos, registrados na JUCESP sob o nº 287.666/23-2 em 21/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Zanziagro Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.165.805/0001-13 - NIRE nº 3.530.045.844-3 ("Companhia")

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 18 de Julho de 2023

Dia 18/07/2023, às 11h30min, na sede social em São Paulo - SP. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** 100% do capital social. **Mesa:** Presidente: Roberto Malzoni Filho, Secretária: Maira Malzoni Sorfório. **Deliberações unânimes:** 1. Reeleição da diretoria para um mandato de 3 anos: I. **Diretor Presidente:** Roberto Malzoni Filho, RG 3.942.822-0 SSP/SP, CPF 634.443.488-00; II. **Diretor sem designação específica:** Maira Malzoni Sorfório, RG 28.338.124-5 SSP/SP, CPF 17.846.849-06; III. **Diretor sem designação específica:** Luisa Saul Malzoni, RG 32.033.357-7 SSP/SP, CPF 223.822.808-09. 2. Aprovada, a remuneração devida aos Administradores até o montante global mensal de 1 salário-mínimo a ser distribuída entre seus membros, a critério dos mesmos. **Encerramento:** Nada mais, formalidades legais. Integra e seus anexos, registrados na JUCESP sob o nº 287.818/23-8 em 21/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Zanziagro Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.165.805/0001-13 - NIRE nº 3.530.045.844-3 ("Companhia")

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 12 de Julho de 2023

Dia 12/07/2023, às 11h30min, na sede social em São Paulo - SP. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** 100% do capital social. **Mesa:** Presidente: Roberto Malzoni Filho, Secretária: Maira Malzoni Sorfório. **Deliberações unânimes:** 1. Reeleição da diretoria para um mandato de 3 anos: I. **Diretor Presidente:** Roberto Malzoni Filho, RG 3.942.822-0 SSP/SP, CPF 634.443.488-00; II. **Diretor sem designação específica:** Maira Malzoni Sorfório, RG 28.338.124-5 SSP/SP, CPF 17.846.849-06; III. **Diretor sem designação específica:** Luisa Saul Malzoni, RG 32.033.357-7 SSP/SP, CPF 223.822.808-09. 2. Aprovada, a remuneração devida aos Administradores até o montante global mensal de 1 salário-mínimo a ser distribuída entre seus membros, a critério dos mesmos. **Encerramento:** Nada mais, formalidades legais. Integra e seus anexos, registrados na JUCESP sob o nº 287.818/23-8 em 21/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

JRHM Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.165.727/0001-57 - NIRE nº 3.530.045.850-8 ("Companhia")

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 12 de Julho de 2023

Dia 12/07/2023, às 12h30min, na sede social em São Paulo - SP, por videoconferência. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** 100% do capital social. **Mesa:** Presidente: Roberto Malzoni Filho, Secretária: Heloisa Cleaver Malzoni. **Deliberações unânimes:** 1. Reeleição da diretoria para um mandato de 3 anos: I. **Diretor Presidente:** Roberto Malzoni Filho, RG 3.942.822-0 SSP/SP, CPF 634.443.488-00; II. **Diretor sem designação específica:** Heloisa Cleaver Malzoni, RG 32.816.785-X SSP/SP, CPF 219.977.938-60; III. **Diretor sem designação específica:** Renata Cleaver Malzoni, RG 32.816.787-3 SSP/SP, CPF 219.977.938-65; IV. **Diretor sem designação específica:** Heloisa Cleaver Malzoni, RG 36.149.935-8 SSP/SP, CPF 219.978.068-60. 2. Aprovada, a remuneração devida aos Administradores até o montante global mensal de 1 salário-mínimo a ser distribuída entre seus membros, a critério dos mesmos. **Encerramento:** Nada mais, formalidades legais. Integra e seus anexos, registrados na JUCESP sob o nº 300.012/23-8 em 21/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

JRHM Participações S.A.

CNPJ/MF nº 19.165.727/0001-57 - NIRE nº 3.530.045.850-8 ("Companhia")

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 18 de Julho de 2023

Dia 18/07/2023, às 12h30min, na sede social em São Paulo - SP, por videoconferência. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** 100% do capital social. **Mesa:** Presidente: Roberto Malzoni Filho, Secretária: Heloisa Cleaver Malzoni. **Deliberações unânimes:** 1. Reeleição da diretoria para um mandato de 3 anos: I. **Diretor Presidente:** Roberto Malzoni Filho, RG 3.942.822-0 SSP/SP, CPF 634.443.488-00; II. **Diretor sem designação específica:** Heloisa Cleaver Malzoni, RG 32.816.785-X SSP/SP, CPF 219.977.938-60; III. **Diretor sem designação específica:** Renata Cleaver Malzoni, RG 32.816.787-3 SSP/SP, CPF 219.977.938-65; IV. **Diretor sem designação específica:** Heloisa Cleaver Malzoni, RG 36.149.935-8 SSP/SP, CPF 219.978.068-60. 2. Aprovada, a remuneração devida aos Administradores até o montante global mensal de 1 salário-mínimo a ser distribuída entre seus membros, a critério dos mesmos. **Encerramento:** Nada mais, formalidades legais. Integra e seus anexos, registrados na JUCESP sob o nº 301.478/23-5 em 25/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

O Dr. Adriano Marcos Laroça, MM Juiz de Direito da 12ª Vara Cível da Fazenda Pública da Capital SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo tramita nos termos legais dos autos de AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO, na qual figura como requerente MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SP e como requeridas JULIANA TOWNSEND PEREIRA DAS NEVES SCOGNAMIGLIO, PATRICIATOWNSEND PEREIRA DAS NEVES E VIVIANE TOWNSEND PEREIRA DAS NEVES PRADO, PROCESSO Nº. 1022185-94.2016.8.26.0053, onde a requerente propôs presente ação em face das requeridas com o objetivo de implantação da "Requalificação de Av. Santo Amaro – Boulevard Santo Amaro", declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação parcial de uma área urbana com área de 174,96m², situada na Av. Santo Amaro nºs 2068, 2064, 2060 e2054, esquina com Rua Gomes de Carvalho - Vila Nova Conceição – CEP: 04506-003 – São Paulo/SP, a qual contém as seguintes medidas e confrontações: Um terreno em Vila Olímpia, na quadra 17, medindo 16,00m de frente para a Estrada de Santo Amaro, tendo de um lado, onde confina com a Rua 8 com a qual faz esquina 35,55m, de outro lado confinando com propriedade de Maria Ana Kible 38,00m, mais ou menos, e nos fundos onde confina com propriedade de Gino Marini 16,00m. O imóvel está matriculado sob o nº 205.030 do livro 2, ficha 01 do 4º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo. O presente edital é expedido em cumprimento ao artigo 34 o decreto-lei nº3.365/41, com prazo de 10 (dez) dias para conhecimento dos interessados, eventual impugnação de terceiros. São Paulo/SP, 17 de agosto de 2023.

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - Registro de Companhia Emissora Categoria B nº 2686-7

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 25 de Maio de 2023

Dia 25/05/2023, às 10h30min, na sede social em São Paulo - SP, por videoconferência. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** 100% do capital social. **Mesa:** Presidente: Anita Ferraz Malzoni, Secretário: Roberto Malzoni Filho. **Deliberações unânimes:** 1. Reeleição da diretoria para um mandato de 3 anos: I. **Diretor Presidente:** Anita Ferraz Malzoni, RG 5.896.342-X SSP/SP, CPF 634.443.928-05; II. **Diretor sem designação específica:** Roberto Malzoni Filho, RG 3.942.822-0 SSP/SP, CPF 634.443.488-00; III. **Diretor sem designação específica:** Eduardo Ferraz Malzoni, RG 4.397.321-SSP/SP, CPF 020.605.518-89. 2. Aprovada, a remuneração devida aos Administradores até o montante global mensal de 1 salário-mínimo a ser distribuída entre seus membros, a critério dos mesmos. **Encerramento:** Nada mais, formalidades legais. Integra e seus anexos, registrados na JUCESP sob o nº 287.666/23-2 em 21/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Data, Hora e Local: Realizada em 25 de maio de 2023, às 10:30 horas, na sua sede localizada na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP 06900-000, na cidade de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo ("Companhia"). **Convocação:** O Edital de Convocação da presente assembleia foi publicado no jornal "O Dia", nos dias 29/04/2023, 03/05/2023 e 04/05/2023, nas páginas 09, 07, e 05, respectivamente, bem como no site eletrônico do referido jornal, nos termos da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Presença:** Presentes acionistas representando 100% do capital social total votante da Companhia. Presentes, ainda, Sr. Evelynne Ferrari, representante da Apis Consultoria e Avaliações Ltda.; Sr. Rui Willig, representante do Conselho Fiscal; Sr. Itaci Nascimento, Diretor de Controladoria da Companhia e Dr. Nirceu Mendes, Gerente Jurídico da Companhia, nos termos da Lei das S.A. **Mesa:** Presidente: Sr. Juliana Olívia Ferreira Loureiro dos Santos Martins; Secretária: Sr. Luciana Barros Macedo. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) o exame, discussão e votação do *Protocolo e Justificação de Citação* e *Justificação de Citação*; (ii) a ratificação da nomeação e contratação da empresa responsável pela avaliação da parcela cindida da Companhia, denominada "Parcela Cindida", bem como pela elaboração do respectivo laudo de avaliação, a valor patrimonial contábil, na data-base de 28 de fevereiro de 2023, anexo ao Protocolo ("Laudo de Avaliação"); (iii) o exame, discussão e votação do Laudo de Avaliação; (iv) a aprovação da cisão parcial da Companhia com a versão da Parcela Cindida para a nova sociedade a ser constituída ("Cisão Parcial"); (v) a consequente alteração do *caput* do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a redução de capital deliberada no item acima; (vi) a constituição da Monte Parnon, incluindo a subscrição e integralização do seu capital social, a definição da sua sede, seu Estatuto Social, a eleição de seus diretores, a fixação da remuneração da administração e a definição do jornal no qual a Monte Parnon fará as suas publicações legais; e (viii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização da Cisão Parcial (incluindo a alteração do capital social da Companhia) e da constituição da Monte Parnon. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, observado o cumprimento de todos os requisitos legais para a realização da presente assembleia, lavrada em ata, na forma da Lei 6.404/76, e o que couber. **Parágrafo Terceiro** - A Companhia não emitirá ações de gozo ou fruição nem partes beneficiárias. **Artigo 6º** - A Companhia não reconhece mais de um proprietário para cada ação, que por seu turno, será indivisível, em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo condomínio, nos termos do parágrafo único do artigo 28 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 7º** - O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até 318.318.429 (trezentos e dezoto mil, trezentos e dezoto mil, quatrocentos e vinte e nove) ações ordinárias. **Parágrafo Primeiro** - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. **Parágrafo Segundo** - Nas hipóteses permitidas pela legislação aplicável e por este Estatuto Social, o Conselho de Administração pode emitir o direito de preferência de subscrição para aumento do capital social, por prazo para ser exercido. **Parágrafo Terceiro** - O aumento do capital social, por meio de emissão de ações, deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações. **Capítulo III - Das Assembleias Gerais:** **Artigo 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano dentro dos 04 (quatro) primeiros meses subsequentes ao encerramento do exercício social, para os fins previstos em lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses e conveniências da Companhia o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas demais regulamentações aplicáveis, a Assembleia Geral será convocada mediante a publicação do correspondente edital de convocação, considerando o prazo e as demais disposições estabelecidas. Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos constantes da ordem do dia, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas demais regulamentações aplicáveis, os quais deverão constar do respectivo edital de convocação. **Parágrafo Terceiro** - As Assembleias Gerais poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os diretores e todas as demais pessoas presentes à reunião. **Parágrafo Quarto** - O Conselho de Administração poderá ser constituído por um número de membros, a critério dos mesmos, observado o disposto no artigo 147 da Lei das S.A., para a sua investidura em virtude de separação total de bens, industrial, portador da dupla de identidade RG nº 6.710.720-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 662.966.768-91, com endereço comercial na Rua Cançãoeira de Évora, nº 255, sala 1, Santo Amaro, CEP 04708-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica; (b) **Roberto Cornette Marques**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 27.197.524-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 377406498-99 com endereço comercial na Rua Cançãoeira de Évora, nº 255, sala 1, Santo Amaro, CEP 04708-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica; e (c) **Fernando Cornette Marques**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 29.833.100-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 378733148-47, com endereço comercial na Rua Cançãoeira de Évora, nº 255, sala 1, Santo Amaro, CEP 04708-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica, conforme termos de posse e entrega em presente ata, na forma da Lei 6.404/76, e o que couber. **Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria da Monte Parnon ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Art. 147 da Lei das S.A. para a sua investidura como membros da Diretoria da Monte Parnon, e aprovar, por maioria de votos (96,02%), com abstenção da acionista Cleide Marques Pinto, que não haverá remuneração para os membros da administração da Monte Parnon, uma vez que tais diretores já são remunerados por outra empresa do grupo econômico; e I. aprovar, por maioria de votos (96,02%), com abstenção da acionista Cleide Marques Pinto, a realização das publicações legais da Monte Parnon, conforme necessário, no jornal "O Dia", nos termos da Lei das S.A. (vii) aprovar, por maioria de votos (96,02%), com abstenção da acionista Cleide Marques Pinto, a autorização aos administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas nos termos da presente ata, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização da Cisão Parcial (incluindo a redução do capital social da Companhia) e da constituição da Monte Parnon. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, observado o cumprimento de todos os requisitos legais para a realização da presente assembleia, lavrada em ata, na forma da Lei 6.404/76, e o que couber. **Parágrafo Primeiro** - A Companhia não emitirá ações de gozo ou fruição nem partes beneficiárias. **Artigo 6º** - A Companhia não reconhece mais de um proprietário para cada ação, que por seu turno, será indivisível, em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo condomínio, nos termos do parágrafo único do artigo 28 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 7º** - O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até 318.318.429 (trezentos e dezoto mil, trezentos e dezoto mil, quatrocentos e vinte e nove) ações ordinárias. **Parágrafo Primeiro** - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. **Parágrafo Segundo** - Nas hipóteses permitidas pela legislação aplicável e por este Estatuto Social, o Conselho de Administração pode emitir o direito de preferência de subscrição para aumento do capital social, por prazo para ser exercido. **Parágrafo Terceiro** - O aumento do capital social, por meio de emissão de ações, deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações. **Capítulo III - Das Assembleias Gerais:** **Artigo 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano dentro dos 04 (quatro) primeiros meses subsequentes ao encerramento do exercício social, para os fins previstos em lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses e conveniências da Companhia o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas demais regulamentações aplicáveis, a Assembleia Geral será convocada mediante a publicação do correspondente edital de convocação, considerando o prazo e as demais disposições estabelecidas. Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos constantes da ordem do dia, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas demais regulamentações aplicáveis, os quais deverão constar do respectivo edital de convocação. **Parágrafo Terceiro** - As Assembleias Gerais poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os diretores e todas as demais pessoas presentes à reunião. **Parágrafo Quarto** - O Conselho de Administração poderá ser constituído por um número de membros, a critério dos mesmos, observado o disposto no artigo 147 da Lei das S.A., para a sua investidura em virtude de separação total de bens, industrial, portador da dupla de identidade RG nº 6.710.720-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 662.966.768-91, com endereço comercial na Rua Cançãoeira de Évora, nº 255, sala 1, Santo Amaro, CEP 04708-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica; (b) **Roberto Cornette Marques**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 27.197.524-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 377406498-99 com endereço comercial na Rua Cançãoeira de Évora, nº 255, sala 1, Santo Amaro, CEP 04708-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica; e (c) **Fernando Cornette Marques**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 29.833.100-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 378733148-47, com endereço comercial na Rua Cançãoeira de Évora, nº 255, sala 1, Santo Amaro, CEP 04708-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica, conforme termos de posse e entrega em presente ata, na forma da Lei 6.404/76, e o que couber. **Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria da Monte Parnon ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Art. 147 da Lei das S.A. para a sua investidura como membros da Diretoria da Monte Parnon, e aprovar, por maioria de votos (96,02%), com abstenção da acionista Cleide Marques Pinto, que não haverá remuneração para os membros da administração da Monte Parnon, uma vez que tais diretores já são remunerados por outra empresa do grupo econômico; e I. aprovar, por maioria de votos (96,02%), com abstenção da acionista Cleide Marques Pinto, a realização das publicações legais da Monte Parnon, conforme necessário, no jornal "O Dia", nos termos da Lei das S.A. (vii) aprovar, por maioria de votos (96,02%), com abstenção da acionista Cleide Marques Pinto, a autorização aos administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas nos termos da presente ata, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização da Cisão Parcial (incluindo a redução do capital social da Companhia) e da constituição da Monte Parnon. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, observado o cumprimento de todos os requisitos legais para a realização da presente assembleia, lavrada em ata, na forma da Lei 6.404/76, e o que couber. **Parágrafo Primeiro** - A Companhia não emitirá ações de gozo ou fruição nem partes beneficiárias. **Artigo 6º** - A Companhia não reconhece mais de um proprietário para cada ação, que por seu turno, será indivisível, em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo condomínio, nos termos do parágrafo único do artigo 28 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 7º** - O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até 318.318.429 (trezentos e dezoto mil, trezentos e dezoto mil, quatrocentos e vinte e nove) ações ordinárias. **Parágrafo Primeiro** - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. **Parágrafo Segundo** - Nas hipóteses permitidas pela legislação aplicável e por este Estatuto Social, o Conselho de Administração pode emitir o direito de preferência de subscrição para aumento do capital social, por prazo para ser exercido. **Parágrafo Terceiro** - O aumento do capital social, por meio de emissão de ações, deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações. **Capítulo III - Das Assembleias Gerais:** **Artigo 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano dentro dos 04 (quatro) primeiros meses subsequentes ao encerramento do exercício social, para os fins previstos em lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses e conveniências da Companhia o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas demais regulamentações aplicáveis, a Assembleia Geral será convocada mediante a publicação do correspondente edital de convocação, considerando o prazo e as demais disposições estabelecidas. Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos constantes da ordem do dia, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas demais regulamentações aplicáveis, os quais deverão constar do respectivo edital de convocação. **Parágrafo Terceiro** - As Assembleias Gerais poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os diretores e todas as demais pessoas presentes à reunião. **Parágrafo Quarto** - O Conselho de Administração poderá ser constituído por um número de membros, a critério dos mesmos, observado o disposto no artigo 147 da Lei das S.A., para a sua investidura em virtude de separação total de bens, industrial, portador da dupla de identidade RG nº 6.710.720-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 662.966.768-91, com endereço comercial na Rua Cançãoeira de Évora, nº 255, sala 1, Santo Amaro, CEP 04708-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica; (b) **Roberto Cornette Marques**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 27.197.524-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 377406498-99 com endereço comercial na Rua Cançãoeira de Évora, nº 255, sala 1, Santo Amaro, CEP 04708-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica; e (c) **Fernando Cornette Marques**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 29.833.100-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 378733148-47, com endereço comercial na Rua Cançãoeira de Évora, nº 255, sala 1, Santo Amaro, CEP 04708-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica, conforme termos de posse e entrega em presente ata, na forma da Lei 6.404/76, e o que couber. **Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria da Monte Parnon ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Art. 147 da Lei das S.A. para a sua investidura como membros da Diretoria da Monte Parnon, e aprovar, por maioria de votos (96,02%), com abstenção da acionista Cleide Marques Pinto, que não haverá remuneração para os membros da administração da Monte Parnon, uma vez que tais diretores já são remunerados por outra empresa do grupo econômico; e I. aprovar, por maioria de votos (96,02%), com abstenção da acionista Cleide Marques Pinto, a realização das publicações legais da Monte Parnon, conforme necessário, no jornal "O Dia", nos termos da Lei das S.A. (vii) aprovar, por maioria de votos (96,02%), com abstenção da acionista Cleide Marques Pinto, a autorização aos administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas nos termos da presente ata, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização da Cisão Parcial (incluindo a redução do capital social da Companhia) e da constituição da Monte Parnon. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, observado o cumprimento de todos os requisitos legais para a realização da presente assembleia, lavrada em ata, na forma da Lei 6.404/76, e o que couber. **Parágrafo Primeiro** - A Companhia não emitirá ações de gozo ou fruição nem partes beneficiárias. **Artigo 6º** - A Companhia não reconhece mais de um proprietário para cada ação, que por seu turno, será indivisível, em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo condomínio, nos termos do parágrafo único do artigo 28 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 7º** - O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até 318.318.429 (trezentos e dezoto mil, trezentos e dezoto mil, quatrocentos e vinte e nove) ações ordinárias. **Parágrafo Primeiro** - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. **Parágrafo Segundo** - Nas hipóteses permitidas pela legislação aplicável e por este Estatuto Social, o Conselho de Administração pode emitir o direito de preferência de subscrição para aumento do capital social, por prazo para ser exercido. **Parágrafo Terceiro** - O aumento do capital social, por meio de emissão de ações, deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações. **Capítulo III - Das Assembleias Gerais:** **Artigo 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano dentro dos 04 (quatro) primeiros meses subsequentes ao encerramento do exercício social, para os fins previstos em lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses e conveniências da Companhia o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas demais regulamentações aplicáveis, a Assembleia Geral será convocada mediante a publicação do correspondente edital de convocação, considerando o prazo e as demais disposições estabelecidas. Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos constantes da ordem do dia, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas demais regulamentações aplicáveis, os quais deverão constar do respectivo edital de convocação. **Parágrafo Terceiro** - As Assembleias Gerais poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os diretores e todas as demais pessoas presentes à reunião. **Parágrafo Quarto** - O Conselho de Administração poderá ser constituído por um número de membros, a critério dos mesmos, observado o disposto no artigo 147 da Lei das S.A., para a sua investidura em virtude de separação total de bens, industrial, portador da dupla de identidade RG nº 6.710.720-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 662.966.768-91, com endereço comercial na Rua Cançãoeira de Évora, nº 255, sala 1, Santo Amaro, CEP 04708-010, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor Sem Designação Específica; (b) **Roberto Cornette Marques**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 27.197.524-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 377406498-99 com endereço comercial na Rua Cançãoeira de Évora, nº 25



CNPJ/MF nº 38.894.804/0001-54 – NIRE 35.300.389.212

aprovado pela Acionista e deliberado pelos demais presentes, na melhor forma do Direito, o que segue:

Alterar o objeto social da companhia com a inclusão da *atividade de apoio à extração de petróleo e gás natural* conforme estabelecido no **Art. 2º** do Estatuto Social a vigor com a seguinte nova e melhor redação:

“Art. 2º - A sociedade tem por objeto a consultoria e assessoria em gestão empresarial; pesquisa, auditoria; tecnologia da informação e desenvolvimento de *softwares*, apoio técnico e administrativo à extração de petróleo e gás natural; treinamento; inspeção e controle da qualidade; fiscalização e supervisão de projetos, de obras e de empreendimentos; planejamento, serviços técnicos, estudos, projetos e gerenciamento nas áreas de administração, serviço social, arquitetura, engenharia civil, mecânica, química e elétrica. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que é aprovada e assinada por todos os presentes em livro próprio da Companhia, dispensando-se a lavratura de ata complementar, para ser publicada no *Diário Oficial*.”

Robert Carlos Escobar – Secretário; **Unicdo Holding Ltd.** (administrador – Ricardo Gomes), **Acionista** – assinatura da acionista que subscreeva a presente ata consta lavrada em livro próprio da companhia e as do presidente e secretário na presente ata de assembleia, na forma do manual de registro de sociedades anônimas instituído pela Instrução Normativa DREI nº 81 de 10/06/2002 publicada no DOU em 15 de junho de 2002, São Paulo, 31 de julho de 2023. **Mesa: Ricardo Gomes** - Presidente da Mesa; **Robert Carlos Escobar** - Secretário da Mesa. **Testemunhas:** 1 - Edgar Santiago Valesin RG 6.309.114-08 SSP-SP - CPF/MF 860.774.308-20; 2 - Mariane Ferreira Müller Marchi Gessemare RG 45.995.967-0 SSP-SP - CPF/MF 382.385.098-90. JUCESP nº 314.442/23-6 em 04/08/2023

a) Maria Cristina Fier - Secretária Geral.

CNPJ/MF nº 21.842.115/0001-01 - NIRE Nº 3.530.047.548-8
 Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 18 de Outubro de 2011

CNPJ 08.769.451/0001-08 - NIRE 35300340949

São Paulo, 18 de agosto de 2023.
Atenciosamente, **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

QUE A EXECUTADA POSSUI SOBRE A VAGA DE GARAGEM Nº 98, LOCALIZADA NO 2º SUBSÓLO DO EDIFÍCIO "PIETRA VICTORIA", SITUADO NA RUA MÁRIO AUGUSTO DO CARMO, Nº 50, NO

CNPJ/MF nº 19.696.474/0001-48 - NIRE nº 3.530.046.227-1 - ("Companhia")

CNPJ/MF nº 19.696.474/0001-48 - NIRE nº 3.530.046.227-1 - ("Companhia")
Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 18 de Julho de 2023

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 18 de Outubro de 202

MBI FIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

São Paulo, 19 de agosto de 2023.
Virgo Companhia de Securitização

CNPJ/MF nº 19.408.870/0001-22 - NIRE Nº 3.530.046.041-3 - ("Companhia")
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 12 de Julho de 2006

CNPJ/MF nº 19.408.870/0001-22 - NIRE nº 3.530.046.041-3 - ("Companhia")

CNPJ nº 01.599.101/0001-93 - NIRE nº 35.300.501.497

CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

São Paulo, 19 de agosto de 2023.
Virgo Companhia de Securitização

Trinta líderes quilombolas foram assassinados em 10 anos, diz Conaq

Govorno do Paraná fecha parceria com a Microsoft para oferta de cursos gratuitos

O Governo do Paraná, através da Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital (SEI), fechou uma parceria com a Microsoft para oferta de cursos de qualificação gratuitos em temas como produtividade, tecnologia da informação (TI) e finanças, através da difusão da plataforma Escola do Trabalhador 4.0.

Os cursos possuem qualificação para os níveis iniciante, intermediário e conhecimento avançado. Eles contemplam as áreas de letramento digital, produtividade pessoal, introdução à programação, produtividade colaborativa, administrador de TI, desenvolvedor de programador em software, profissional de Inteligência Artificial, analista de dados, analista de segurança, engenheiro de dados, educação financeira via Excel, entre outros.

Todos os cursos serão realizados por ensino à distância. O projeto de qualificação será incorporado nos programas de Agências de Inovação, que estão sendo implementadas em algumas cidades do Estado, e também nos Núcleos Regionais de Inovação, que contam com investimento de R\$ 15 milhões em 10 municípios-polo estratégicos.

O secretário da Inovação, Marcelo Rangel, ressaltou a importância de divulgação e disponibilização de cursos na área de TI. “O acesso ao ensino é fundamental para o desenvolvimento do Paraná. Estamos firmando uma parceria muito importante com a Microsoft para disponibilizar cursos totalmente gratuito. Vamos levar esses cursos para nossas Agências de Inovação, que estão sendo implementadas nos municípios menores, para levar qualificação na área de inovação e tecnologia”, afirmou.

A parceria com a Microsoft é mais um avanço da Secretaria da Inovação em programas de qualificação. A SEI já possui o Qualifica Mais, que vai oferecer 10 mil vagas para qualificação profissional, todas gratuitas e disponíveis para qualquer cidadão. Atualmente, estão abertas inscrições para novas instituições ofertarem cursos para população.

Iniciado em 2022, o programa conta com a parceria de empresas credenciadas, como a escola DIO, e já ofereceu bootcamps de HTML, CSS, JavaScript, NET C#, JAVA e JavaScript para criação de jogos, com 800 inscritos. (AENPR)

Na última década, pelos menos 30 lideranças quilombolas foram assassinadas. É o que revela levantamento divulgado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

Na quinta-feira (17), a líder do Quilombo Pitanga dos Palmares, Yalorixá e ex-secretária de Promoção da Igualdade Racial de Simões Filho (BA), Maria Bernadete Pacífico, 72 anos, foi assassinada na noite da quinta-feira (17). Criminosos teriam invadido a comunidade, feito familiares reféns e executado Mãe Bernadete a tiros dentro de casa. O filho dela, Flávio Gabriel Pacífico dos Santos, mais conhecido como Binho do Quilombo, também foi executado há quase seis anos.

De acordo com a Conaq, a maioria das vítimas liderava territórios quilombolas. Os assassinatos ocorreram dentro dos quilombos e com uso de

armas de fogo.

Os estados com maior número de assassinatos são Bahia (11), Maranhão (8) e Pará (4). Há casos registrados em Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais e Alagoas.

“O caso de Mãe Bernadete se junta a esses assassinatos que estão sem resolução nenhuma. Essa situação é muito grave. Trinta pessoas tiveram as vidas ceifadas ao longo dos anos. Queremos cobrar do Estado brasileiro uma posição. Não dá para o Sistema de Justiça ignorar as violências que acontecem nos territórios quilombolas”, afirma coordenador da Conaq, Denildo Rodrigues, em nota divulgada pela coordenação.

Para o coordenador, a maioria dos assassinatos estão relacionados a pressões sobre os territórios quilombolas. “Existe uma disputa por terra muito ferrenha da qual nós negros e negra, apesar de estarmos nos territórios há mais de 400 anos,

foi negado a nós o direito à terra. Isso é fruto do racismo fundiário que existe no país e esse racismo é responsável por deixar pessoas longe da terra”.

A Conaq cobra do Estado brasileiro resposta às execuções.

A Polícia Federal da Bahia abriu inquérito na sexta-feira (18) para investigar o assassinato de Maria Bernadete Pacífico Moreira. A Superintendência da PF na Bahia é responsável pela investigação do assassinato do filho de Maria Bernadete, ocorrido em 19 de setembro de 2017.

Uma comitiva com representantes dos ministérios da Igualdade Racial, Justiça e Direitos Humanos está na Bahia para realizar reuniões presenciais junto a órgãos do estado da Bahia e prestar atendimentos às vítimas e familiares para que seja garantida proteção e defesa do território.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) pu-

blicou nota de pesar pelo assassinato de Mãe Bernadete.

“Urge, portanto, que o Poder Público das três esferas da Federação adote medidas emergenciais e estruturais para a contenção da violência contra grupos vulnerabilizados e para a incidência sobre as causas reais e originárias desses atos que revoltam e deixam a todas/os atônitas/os. O CNDH se solidariza com familiares e amigas/os da Mãe Bernadete e informa que acompanhará as investigações até que os executores e os mandantes dos crimes que resultaram na sua morte e na de seu filho sejam efetivamente responsabilizados. É dever também do governo do estado da Bahia e do Poder Público Federal assegurar proteção à/ aos familiares da Mãe Bernadete e, dada a conotação de racismo religioso, adotar medidas de preservação da liberdade de expressão religiosa”, diz o conselho. (Agencia Brasil)

Ministério da Saúde confirma caso da variante EG.5 no Brasil

O Ministério da Saúde informou na sexta-feira (18) que foi notificado um caso da variante EG.5 do coronavírus SARS-CoV-2 no estado de São Paulo. A paciente, uma mulher de 71 anos, apresentou os primeiros sintomas em 30 de julho e já está curada, de acordo com o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (Cievs).

Ela teve febre, tosse, fadiga e dor de cabeça e fez a coleta do exame em 8 de agosto. Segundo o ministério, a paciente estava com o esquema vacinal completo.

A pasta destacou que a recomendação da vacinação como principal medida de combate à covid-19 se torna cada vez mais importante, com atualização das doses de reforço para prevenção da doença. Para pessoas do grupo de risco, é importante o uso de máscaras em situações de maior exposição.

“Desde o fim da emergência, decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em

maio deste ano, ainda se mantém a recomendação para que os grupos de maior risco de agravamento pela doença continuem a seguir as medidas de prevenção e controle não farmacológicas, incluindo o uso de máscaras em locais fechados, mal ventilados ou aglomerações, além do isolamento de pacientes infectados com o vírus SARS-CoV-2. A recomendação também vale para pessoas com sintomas gripais”, explicou o Ministério da Saúde.

Acrescentou que está em contato permanente com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e com a Organização Mundial da Saúde para avaliar o cenário internacional e as novas subvariantes.

Para evitar o agravamento da doença, está disponível em toda a rede do Sistema Único de Saúde (SUS), gratuitamente, o antiviral nirmatrelvir/ritonavir para ser utilizado no tratamento da infecção pelo vírus logo que os sintomas apareçam e se houver confirmação de teste positivo.

A OMS informou, na última segunda-feira (14) que foram registrados cerca de 1,5 milhão de novos casos de covid-19 em todo o mundo, entre 10 de julho e 6 de agosto, um aumento de 80% em relação ao período anterior. As mortes, por outro lado, tiveram uma queda de 57%.

O aumento tem relação com a nova variante, que até então tinha sido confirmada em 51 países. Essa variante apresenta maior capacidade de transmissão e escape imune, o que pode fazer com que passe a dominar o cenário epidemiológico global. Apesar dessas características, a OMS classificou a EG.5 apenas como variante de interesse e de baixo risco para a saúde pública em nível global, porque ela não trouxe mudanças no padrão de gravidade de doença (hospitalização e óbitos).

Os dados mostram que, enquanto diversos países registraram queda de novos casos e de óbitos por covid-19, o leste da Ásia e a Oceania anotaram au-

mento de novas infecções em meio a uma redução nos óbitos.

Apesar da confirmação da nova variante no Brasil, o Boletim Infogripe, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), informou na sexta-feira (17) que o cenário no Brasil é de estabilização ou queda dos casos de síndrome respiratória aguda grave causados pela covid-19.

O coordenador do InfoGripe, Marcelo Gomes, recomendou que os estados devam manter os fluxos de coleta e envio de amostras para que a vigilância genômica sobre o SARS-CoV-2 possa ocorrer em todo o território nacional.

“A situação atual ainda é de certa tranquilidade, mas isso não muda o fato de que a população deve estar em dia com a vacinação para covid. Os dados continuam mostrando que a vacina oferece uma proteção muito boa, especialmente para as formas graves da enfermidade”, explica Gomes. (Agencia Brasil)

Rio decreta estado de emergência zoossanitária devido à gripe aviária

O governo estadual do Rio de Janeiro decretou, na sexta-feira (18), estado de emergência zoossanitária, por 180 dias, em função da detecção da infecção de 16 aves pelo vírus H5N1, da Influenza Aviária de Alta Patogenicidade, a gripe aviária.

O decreto 48.644 com a medida foi publicado na edição da sexta-feira do Diário Oficial do Estado, seguindo recomendação da Portaria 587 do Minis-

tério da Agricultura e Pecuária.

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento reforçou que a doença está controlada, registrando 16 casos em nove municípios, mas apenas em aves silvestres migratórias.

Para o secretário de Agricultura, Flávio Campos Ferreira, a medida permite uma resposta mais rápida em casos de novos focos de gripe aviária, e a neces-

sidade de resguardar a avicultura comercial e de subsistência no território fluminense.

“A medida é protetiva pois facilita o acesso a recursos e materiais para uma pronta resposta em caso de novas notificações de suspeita da doença. Com este decreto podemos agir de maneira muito mais rápida”, disse o secretário, em nota.

A doença não é transmitida pelo consumo de carne de aves

e nem de ovos. As infecções humanas pelo vírus da influenza aviária ocorrem por meio do contato direto com aves infectadas (vivas ou mortas).

“Além dessas medidas, é importante ressaltar o papel do produtor na manutenção da biosseguridade nas suas granjas”, completou o superintendente de Defesa Agropecuária, Paulo Henrique Moraes. (Agencia Brasil)

Força Nacional atuará em região de conflito de terra no Pará

O Ministério da Justiça e Segurança Pública publicou na sexta-feira (18), no Diário Oficial da União, uma portaria que autoriza o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), nos municípios de Tomé-Açu e Acara, no Pará. A região, no nordeste do estado, passa por conflitos territoriais entre a empresa Brasil Biofuels (BBF) e comunidades indígenas e quilombolas.

O local de divisa entre os dois municípios abriga a Terra Indígena Turé-Mariquita, menor território demarcado no país, com 147 hectares, além das comunidades quilombolas Alto Acará e a Nova Betel e do povo Turiwara, na comunidade Ramal

Braço Grande, que ainda não foi demarcada.

Essas comunidades apontam a empresa BBF, produtora de óleo de palma, como a responsável pelos conflitos. Em nota, a empresa argumenta que atua na região respeitando o Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo, decreto 7.172 do governo federal de 7 de maio de 2010, uma das legislações mais rígidas e severas para o cultivo da palma no mundo, “exercendo a posse pacífica, justa e ininterrupta das áreas privadas da companhia, respeitando os limites de territórios e atuando apenas em suas áreas de posse.”

A região enfrenta há anos

episódios violentos, como o ataque ao cacique Lúcio Gusmão Tembê, baleado na cabeça, em maio deste ano. Um suspeito chegou a ser preso e relacionado ao tráfico de drogas, de acordo com informações que constam do termo de audiência de custódia.

Mediação

O Ministério Público Federal se reuniu com representantes dos povos indígenas e quilombolas, da comissão agrária, governos locais e Poder Judiciário para mediar os conflitos, mas a região ainda vive sob tensão.

Os integrantes da FNSP atuarão na região pelo período de

30 dias. O reforço foi solicitado pela Polícia Federal, em articulação com os órgãos de segurança pública do estado do Pará, e, de acordo com a portaria, tem como objetivo “a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

O número de homens que atuarão na região não foi divulgado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, como medida de segurança. De acordo com a portaria, esse contingente obedecerá ao planejamento definido pela diretoria da Força Nacional de Segurança Pública. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Jornal O DIA SP

Leilão de Arte e Antiguidades. **Oswaldo Aparecido Costi**, Leiloeiro Oficial JUCESP 1323, comunica que será realizado o Leilão de Arte e Antiguidades, catálogo 36246 nos dias 22, 26 e 29 de agosto no site www.gmleiloes.com.br Informações (11) 94435-0642 ou diretoriagmleiloes@gmail.com.

HRJE Participações S.A.
CNPJ/MF nº 21.842.082/0001-91 - NIRE Nº 3.530.047.549-6
Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 18 de Outubro de 2021
Dia 18/10/2021, às 16h, na sede social em São Paulo - SP. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** 100% do capital social. **Mesa:** Eduardo Ferraz Malzoni, Presidente, Roberto Malzoni Filho, Secretário. **Publicações:** (i) Demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.03.2019 foram publicadas em 06/08/2019, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Empresarial e no Jornal O DIA SP; (ii) Demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.03.2020 foram publicadas em 23/12/2020, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Empresarial e no Jornal O DIA SP; (iii) Demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.03.2021 foram publicadas em 09/10/2021, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Empresarial e no Jornal O DIA SP. **Deliberações:** 1. Considerar sanada a falta de publicação dos anúncios e/ou inobservância dos prazos referidos no artigo 133 da Lei 6.404/76. 2. Aprovar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31.03.2019, no valor de R\$ 700.855,45, à conta de prejuízos acumulados. 4. Aprovar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31.03.2020, no valor de R\$ 700.596,96, à conta de prejuízos acumulados. 4. Aprovar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31.03.2021, no valor de R\$ 700.596,76, à conta de prejuízos acumulados. 4. Aprovar a compensação dos Prejuízos Acumulados utilizando as Reservas de Retenção de Lucros no valor de R\$ 1.155.526,16, à Reserva Legal no valor de R\$ 81.089,56 e o valor provisionado para distribuição do dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 385.007,32, resultando no valor que, acrescido da Realização do Custo Atribuído do Ativo Imobilizado - CPC 27, no valor de R\$ 134.117,62, apurado um remanescente de R\$ 3.689.388,80 debitados à conta de Prejuízos Acumulados. 8. Aprovar a compensação dos Prejuízos Acumulados utilizando as Reservas de Retenção de Lucros no valor de R\$ 1.154.947,10, a Reserva Legal no valor de R\$ 81.048,92 e o valor provisionado para distribuição do dividendo mínimo obrigatório de exercícios anteriores no valor de R\$ 384.982,37. 9. Reeleição da diretoria para um mandato de 3 anos: I. **Diretor Presidente:** Eduardo Ferraz Malzoni, RG 4.397.321-SSP/SP, CPF 020.605.518-89; II. **Diretor sem designação específica:** Juliana Cleaver Malzoni, RG 32.816.785-X-SSP/SP, CPF 219.977.938-65; III. **Diretora sem designação específica:** Renata Cleaver Malzoni, RG 32.816.787-3-SSP/SP, CPF 219.977.938-65; IV. **Diretora sem designação específica:** Heloisa Cleaver Malzoni, RG 36.149.935-8-SSP/SP, CPF 219.978.068-60. 10. Aprovada, a remuneração devida aos Administradores até o montante global mensal de 1 salário mínimo a ser distribuída entre seus membros, a critério dos mesmos. **Encerramento:** Nada mais, formalidades legais. Integra e seus anexos, registrados na JUCESP sob o nº 526.669/21-4 em 05/11/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

LHT Participações S.A.
CNPJ/MF nº 21.842.173/0001-27 - NIRE Nº 3.530.047.546-1
Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 18 de Outubro de 2021
Dia 18/10/2021, às 17h, na sede social em São Paulo - SP. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** 100% do capital social. **Mesa:** Maria Malzoni Romanach, Presidente e Helena Malzoni Romanach, Secretária. **Publicações:** (i) Demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.03.2019 foram publicadas em 06/08/2019, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Empresarial e no Jornal O DIA SP; (ii) Demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.03.2020 foram publicadas em 23/12/2020, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Empresarial e no Jornal O DIA SP; (iii) Demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.03.2021 foram publicadas em 09/10/2021, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Empresarial e no Jornal O DIA SP. **Deliberações unânimes:** 1. Considerar sanada a falta de publicação dos anúncios e/ou inobservância dos prazos referidos no artigo 133 da Lei 6.404/76. 2. Aprovar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31.03.2019, no valor de R\$ 700.596,96, à conta de prejuízos acumulados. 4. Aprovar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31.03.2020, no valor de R\$ 700.596,96, à conta de prejuízos acumulados. 4. Aprovar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31.03.2021, no valor de R\$ 700.596,76, à conta de prejuízos acumulados. 4. Aprovar a compensação dos Prejuízos Acumulados utilizando as Reservas de Retenção de Lucros no valor de R\$ 1.155.526,16, à Reserva Legal no valor de R\$ 81.054,17 e o valor provisionado para distribuição do dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 385.007,32, resultando no valor que, acrescido da Realização do Custo Atribuído do Ativo Imobilizado - CPC 27, no valor de R\$ 134.117,62, apurado um remanescente de R\$ 3.689.388,80 debitados à conta de Prejuízos Acumulados. 8. Aprovar a compensação dos Prejuízos Acumulados utilizando as Reservas de Retenção de Lucros no valor de R\$ 1.154.947,10, a Reserva Legal no valor de R\$ 81.089,56 e o valor provisionado para distribuição do dividendo mínimo obrigatório de exercícios anteriores no valor de R\$ 385.007,32. 9. Reeleição da diretoria para um mandato de 3 anos: I. **Diretor Presidente:** Maria Malzoni Romanach, RG 3.941.089-4-SSP/SP, CPF 038.268.718-39; II. **Diretor sem designação específica:** Thomas Malzoni Romanach, RG 27.522.770-4-SSP/SP, CPF 127.017.298-07. 10. Aprovada, a remuneração devida aos Administradores até o montante global mensal de 1 salário mínimo a ser distribuída entre seus membros, a critério dos mesmos. **Encerramento:** Nada mais, formalidades legais. Integra e seus anexos, registrados na JUCESP sob o nº 560.183/21-5 em 24/11/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Zansugar Participações S.A.
CNPJ/MF nº 21.771.999/0001-42 - NIRE Nº 3.530.047.508-9
Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 18 de Outubro de 2021
Dia 18/10/2021, às 13h, na sede social em São Paulo - SP. **Convocação:** Dispensada. **Presenças:** 100% do capital social. **Mesa:** Roberto Malzoni Filho, Presidente e Moira Malzoni Sertório, Secretária. **Publicações:** (i) Demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.03.2019 foram publicadas em 06/08/2019, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Empresarial e no Jornal O DIA SP; (ii) Demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.03.2020 foram publicadas em 23/12/2020, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Empresarial e no Jornal O DIA SP; (iii) Demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.03.2021 foram publicadas em 09/10/2021, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Empresarial e no Jornal O DIA SP. **Deliberações unânimes:** 1. Considerar sanada a falta de publicação dos anúncios e/ou inobservância dos prazos referidos no artigo 133 da Lei 6.404/76. 2. Aprovar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31.03.2019, no valor de R\$ 700.596,76, à conta de prejuízos acumulados. 4. Aprovar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31.03.2020, no valor de R\$ 700.596,76, à conta de prejuízos acumulados. 4. Aprovar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31.03.2021, no valor de R\$ 700.596,76, à conta de prejuízos acumulados. 4. Aprovar a compensação dos Prejuízos Acumulados utilizando as Reservas de Retenção de Lucros no valor de R\$ 1.155.526,16, à Reserva Legal no valor de R\$ 81.089,56 e o valor provisionado para distribuição do dividendo mínimo obrigatório de exercícios anteriores no valor de R\$ 385.175,39. 9. Reeleição da diretoria para um mandato de 3 anos: I. **Diretor Presidente:** Roberto Malzoni Filho, RG 3.942.823-0-SSP/SP, CPF 634.443.488-06; II. **Diretor sem designação específica:** Moira Malzoni Sertório, RG 28.333.104-5-SSP/SP, CPF 174.386.848-06; III. **Diretora sem designação específica:** Luisa Saul Malzoni, RG 32.033.357-7-SSP/SP, CPF 223.362.808-09; 10. Aprovada, a remuneração devida aos Administradores até o montante global mensal de 1 salário mínimo a ser distribuída entre seus membros, a critério dos mesmos. **Encerramento:** Nada mais, formalidades legais. Integra e seus anexos, registrados na JUCESP sob o nº 525.299/21-0 em 04/11/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Importados

Volvo XC60 mais tecnológico e moderno

O novo Volvo XC60 entrega ainda mais estilo, tecnologia e propósito em sua linha 2024. O modelo que fez parte da mudança que rejuvenesceu a marca traz melhorias sutis no icônico design externo original. A nova roda Black Diamond melhora a aerodinâmica do carro e dá ao mesmo um ar mais eletrificado, com inspiração nas rodas dos modelos 100% elétricos da marca. A linha 2024 também traz uma nova cor, a Vapour Grey, que inspirada no visual clean e minimalista agrega ainda mais elegância ao veículo de maneira discreta, bem ao estilo escandinavo.

No interior, o design premium continua sendo uma referência. Com opções livres de couro animal, o conforto segue sendo a prioridade da marca que agora também oferece aquecimento dos bancos para a versão Ultimate Dark. As opções de acabamento interno garantem que o carro possa ter ainda mais personalidade com interiores modernos e sustentáveis.

A cabine também é equipada com um potente sistema de áudio de alta performance que garante um som de alta qualidade para todos os ocupantes a bordo do XC60. Para tornar a experiência de áudio ainda melhor, os modelos Ultimate, Ultimate Dark e Polestar, contam com sistema de som Harman Kardon com 14 alto-falantes e subwoofer de 660 Watts.

Trazendo ainda mais tecnologia e conectividade para o dia a dia do condutor, o veículo é equipado com o inovador sistema de infotretenimento Google Automotive Services, com internet integrada e aplicativos e serviços do Google incorporados.

Com o Google Assistente, os motoristas

podem usar a voz para ativar comandos do carro sem precisar usar as mãos ou desviar o olhar, mantendo o foco no volante e na estrada. O assistente pode controlar a temperatura, definir um destino, tocar música e podcasts, enviar mensagens, e até controlar elementos em uma casa automatizada. Além disso, o modelo vem com conexão Apple CarPlay, proporcionando uma integração ainda maior entre o carro e o smartphone do usuário.

A conexão integrada permite ainda que melhorias e atualizações em sistemas, segurança, tecnologias e conectividade, sejam realizadas via tecnologia over-the-air (OTA) - da mesma forma que acontece nos smartphones -, oferecendo assim, mais agilidade e praticidade aos proprietários.

Outra tecnologia melhorada no XC60 está no carregador de bordo (OBC), que agora passa a operar com frequência de 6,4 kW, quase o dobro de velocidade da versão anterior, resultando em uma carga completa em apenas 3 horas.

Potência, autonomia e segurança

O conjunto formado pela tração AWD, quatro cilindros em linha e um motor elétrico de 145 hp, formam o powertrain do XC60 e proporcionam torque instantâneo ao modelo. A combinação desses motores gera uma incrível potência de 462 hp e 709 N.m de torque e fazem o modelo ir de 0 a 100 km/h em apenas 4,8 segundos.

O motor à combustão possui um consumo de cerca de 28,9 km/l em estradas, enquanto o motor elétrico tem autonomia de 78 km no ciclo europeu WLTP e 55 km no teste do INMETRO, que considera condições ex-



tremas de uso e reduz cerca de 30% do valor final para margem de segurança dos consumidores. Isso prova que o modelo híbrido plug-in da Volvo oferece todos os benefícios de um motor a gasolina de alto desempenho com o benefício de ter emissões ultrabaixas de CO. Toda essa autonomia é possível graças a novas tecnologias de construção das baterias, que passaram a ter três camadas de células, resultando em uma capacidade maior de armazenamento, mas preservando o mesmo espaço físico.

Reconhecida mundialmente por esse atri-

buto, os recursos de segurança do novo SUV continuam trazendo o que há de mais tecnológico no setor automotivo. O XC60 possui a já conhecida, porém melhorada, tecnologia City Safety, que oferece a mais avançada

assistência à condução e reconhece pedestres, ciclistas e animais de grande porte, podendo frear e até esterçar o volante para evitar ou minimizar possíveis colisões.

Tudo isso é possível graças ao conjunto formado pelo Pilot Assist e o controle de cruzeiro adaptativo (ACC) que contam com sensores e câmeras que monitoram as faixas das vias e um sistema que comanda a aceleração e a frenagem. A tecnologia também consegue auxiliar no deslocamento do veículo, por exemplo, ao contornar curvas abertas em rodovias, além de controlar a distância do carro adiante.

O pacote de iluminação é completo com faróis FULL LED autodirecionais (ABL) com função antiofuscante (AHB).

Além do limite pré-programado de 180 km/h, o XC60 possui a tecnologia Care Key, que permite a regulação do limite de velocidade por meio de uma programação com a chave principal. Assim, ao usá-la no carro, o usuário pode estabelecer uma velocidade máxima, que fica demarcada e o veículo opera conforme programado.

Valores e modelos 2024

XC60 Plus – R\$ 419.950,00
XC60 Ultimate – R\$ 449.950,00
XC60 Ultimate Dark – R\$ 459.950,00
XC60 Polestar – R\$ 486.950,00

Campanha BMW Eletric Now



O mês de agosto reserva uma boa novidade para quem deseja comprar um BMW elétrico. A BMW, em parceria com a BMW Serviços Financeiros, está promovendo o BMW Eletric Now, com condições especiais para quem quer colocar um modelo elétrico na garagem e rodar livre de emissões.

A campanha BMW Eletric Now visa impulsionar a venda de veículos elétricos da marca no Brasil. Para isso, diversas condições especiais foram reunidas, proporcionando a situação perfeita para a compra. Os modelos BMW iX3, BMW i4 e BMW iX, em todas as suas versões e unidades disponíveis à pronta entrega, estão com taxa 0% a.m. para financiamento de até 24 meses e entrada a partir de 50% do valor do veículo.

Há também condições especiais para financiamentos com prazo de 36 meses e valorização de até R\$ 30 mil na troca de um veículo seminovo por um BMW elétrico.

Além disso, todos os modelos vêm com dois carregadores de fábrica (Wallbox e Flex Charger) e BMW Service Inclusive Standard, pelo período de três anos ou 40.000 km (o que ocorrer primeiro). O BMW Service Inclusive (BSI) é um programa que oferece serviços de manutenção de veículos BMW, com cobertura mundial na rede de concessionárias autorizadas, sem custo adicional dos serviços cobertos. O BMW Service Inclusive, garante a realização de todas as manutenções, com a utilização de peças originais e serviço premium das concessionárias autorizadas em todo o mundo.

Motos Royal Enfield Meteor 350 com novas cores



A Royal Enfield, líder mundial no segmento de média cilindrada (250cc – 750cc), traz novidades para a Meteor 350, modelo que inaugurou o lineup da plataforma J no Brasil. A motocicleta, representação do motopurismo em formato cruiser, ganha ainda mais estilo com as novas cores que chegam ao País: a Fireball, versão de entrada, passa a ter mais duas cores, chamadas Fireball Blue e Fireball Matt Green, enquanto a versão Supernova, topo de linha, chega na cor Supernova Red. Com as adições, a Meteor 350 passa a oferecer 10 escolhas de tonalidades diferentes, já que as cores que já existiam continuam disponíveis.

A Meteor 350 oferece uma pilotagem suave e refinada, tanto no perímetro urbano como em trechos rodoviários. Comercializada em mais de 60 países, o modelo é reconhecido pela imprensa mundial como uma autêntica cruiser.

A Meteor 350 é uma moto refinada, fácil de pilotar e acessível. A motocicleta apresenta o melhor de uma cruiser clássica e características modernas, oferecendo uma experiência de pilotagem inigualável tanto para

pilotos jovens quanto para os que possuem ampla experiência sobre duas rodas. Com pedaleiras avançadas e assento baixo, a Meteor 350 foi criada para proporcionar uma pilotagem confortável em longas distâncias e, ao mesmo tempo, ser uma motocicleta que pode ser utilizada nas cidades.

A nova Fireball Matt Green apresenta o tanque de combustível em verde fosco, com o nome do modelo nos painéis laterais seguindo o mesmo tom, além dos detalhes na mesma cor nas laterais das rodas. Já a Fireball Blue tem o tanque na cor azul, com o nome da marca em amarelo nas laterais e o nome do modelo na lateral da moto, assim como nas laterais das rodas. A Supernova Red utiliza uma combinação das cores vermelha e preta, tanto no tanque de combustível quanto nos painéis laterais.

Assim como acontece com toda a linha da marca, há a possibilidade de tornar a sua nova cruiser ainda mais especial ao adquirir itens da linha completa de acessórios originais desenvolvida exclusivamente para a Meteor 350.

Oferta exclusiva para o MINI Cooper S E - Sport



A MINI traz benefícios exclusivos para as últimas unidades do MINI Cooper S E – Sport modelo 2023, válidos por tempo limitado ou até quando durarem os estoques. O MINI Cooper S E – Sport, o 100 % elétrico da MINI, está sendo ofertado por R\$ 259.990, um desconto de R\$ 26.000 em relação ao preço público sugerido e ainda conta com taxa zero e com 60 % de entrada e

saldo em 24 meses. Há ainda bônus na troca de seminovos de R\$ 15.000 e pacote MINI Service Inclusive que inclui pacote de manutenção de três anos (ou 40 mil km). Para o carregamento, o carro vem de série com carregador portátil e a MINI ainda oferece gratuitamente o carregador rápido MINI Wallbox Essential.

Com o objetivo de desenvolver um mo-

delo elétrico para trazer a autonomia e performance que os clientes da marca já esperam, mas sem alterar design, dirigibilidade, preço e tamanho, o time de engenharia da MINI desenvolveu o MINI Cooper S E, que vem equipado com powertrain 100 % elétrico, capacidade para entregar 184 cv e 270 Nm de torque instantâneo, e bateria de íon-lítio de 32,6 kWh e que pode ser carregada em uma tomada doméstica com o carregador portátil, com carregadores rápidos como o MINI Wallbox, e com carregadores de corrente contínua. O modelo está disponível na versão MINI Cooper S E – Sport, com atributos inéditos e exclusivos para a categoria de elétricos no Brasil.

Além disso, todo MINI Cooper S E sai de fábrica conectado com um SIM card virtual sem custo ao cliente por um período mínimo de três anos, para que possa acessar o My MINI App, sistema que fornece diversos serviços ao motorista e passageiro e permite usufruir de funcionalidades exclusivas, tais como chamada de emergência inteligente, MINI Teleservices, notícias em tempo real, previsão do tempo, serviços remotos, preparação para Apple CarPlay, informações de trânsito em tempo real e assistente de autonomia, que avisa a necessidade de incluir paradas para recarregar as baterias no trajeto e localiza os pontos de recarga disponíveis.

Nacionais

Fiat Fastback 2024 mais sofisticado

Um dos maiores lançamentos da Fiat nos últimos tempos, o Fastback traz novidades para a linha 2024. O modelo ficou com visual ainda mais sofisticado, tanto por dentro como por fora. Agora, o SUV coupé oferece um novo revestimento no painel interno, acabamento cromado e detalhes escurecidos no externo. Além de novo pacote de opcionais.

Em um nível só visto em segmentos premium, o Fastback traz uma harmoniosa combinação de design, performance, espaço, segurança e tecnologia. Na nova linha MY24, ele recebeu detalhes cuidadosamente trabalhados, resultando em um visual ainda mais elegante e expressivo. Em todas as versões, o modelo ganhou novidades no acabamento interno, garantindo mais conforto e sofisticação.

Por dentro, o Fastback ganhou um upgrade em sofisticação, com o painel de instrumentos que recebeu um revestimento em couro nas versões Limited Edition Powered by Abarth e Impetus, e em tecido na Audace, sempre com costura dupla, elevando ainda mais o nível de requinte do interior. Essa atenção aos detalhes continua no apoio-braço central e painéis das portas dianteiras, que agora apresentam também a costura dupla, agregando um toque refinado de estilo e conforto. Outro destaque é o acabamento soft touch ao redor das maçanetas internas das portas, que é mais suave e agradável ao toque, proporcionando uma sensação premium.

Também há mudanças na parte de externa. A Limited Edition Powered By Abarth tem como novidades os detalhes cromados no acabamento e badges. Além disso, os aca-



bamentos inferiores, traseiros e dianteiros do para-choque são em Satin Chrome. Para completar, a versão sai da fábrica com rodas 18" diamantadas.

A Impetus também traz acabamento escurecido, que vai desde os retrovisores até os badges, tanto frontais como posteriores. Parte do para-choque ganha ainda detalhes cromados escurecidos. Outra novidade na versão é o Fiat Connect////Me, a plataforma de serviços conectados da marca que fornece ainda mais comodidade, segurança e tranquilidade para o motorista, que passa a integrar a gama de opcionais da Impetus.

Já a versão Audace passa a contar com retrovisores na cor preta brilhante que real-

çam sua personalidade única. Além disso, os clientes têm a opção de escolher entre os pacotes adicionais: o pack Multimídia 10", que oferece uma experiência de entretenimento avançada, ou o pack Bancos em Couro, proporcionando um toque de luxo e conforto ao interior do automóvel.

Vale ressaltar que a versão recém-lançada Turbo 200 Automático já chegou ao mercado na linha 2024. Confira os preços de toda a gama MY24 do Fiat Fastback:

- Fiat Fastback Turbo 200 AT: R\$ 119.990
- Fiat Fastback Audace: R\$ 138.990
- Fiat Fastback Impetus: R\$ 150.990
- Fiat Fastback Limited Edition Powered by Abarth: R\$ 162.490